

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Duda Téó

**Direito à dignidade de pessoas
trans no pós-morte: a violência do
poder absoluto da família nas
decisões funerárias**

Florianópolis, SC

2024

Duda Téó

Direito à dignidade de pessoas trans no pós-morte: a violência do poder absoluto da família nas decisões funerárias

Mini projeto de artigo da disciplina Produção Textual Acadêmica apresentado como ensaio para a produção do Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL), pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Orientador

Daniel do Nascimento e Silva

Florianópolis, SC

2024

SUMÁRIO

TEMA	4
PROBLEMA	4
OBJETIVOS	4
METODOLOGIA	4
INTRODUÇÃO	5
TRANSFOBIA NO BRASIL	6
FAMÍLIA E A MANUTENÇÃO DA CISNORMA	9
TRANSFOBIA NO PÓS-MORTE	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
BIBLIOGRAFIA	15

Título

Direito à dignidade de pessoas trans no pós morte: a violência do poder absoluto da família nas decisões funerárias

Tema

Direito à dignidade de pessoas trans no pós morte. Transfobia no poder absoluto da família nas decisões funerárias.

Problema

A família é a primeira instituição de controle social que experimentamos. É a principal estrutura de manutenção da cis heteronormatividade, tendo impacto direto e contundente sobre pessoas dissidentes de sexualidade e gênero, tanto em vida quanto no pós morte. Na legislação vigente, a família tem poder absoluto de decisões sobre os processos funerários, permitindo que violências simbólicas sejam praticadas contra a pessoa trans que morreu. Algumas famílias têm cometido transfobia ao destransicionar pessoas trans em seus velórios, violando o direito à identidade, à memória e ao legado. Como é performada a transfobia no pós-morte de pessoas trans, tal como verificada em notícias e relatos da rede pessoal de algumas vítimas? Como se manifesta o poder absoluto das famílias? Como funcionam as violências simbólicas atreladas à transfobia funeral?

Objetivos

Entender o poder de geração de violências da família contra pessoas trans em processos funerários, aprofundando compreensões sobre diferentes modalidades da transfobia.

Metodologia

Pesquisa documental, realizada em ambiente online a partir de notícias. Pesquisa de campo, a partir de entrevistas com pessoas que perderam entes trans que sofreram transfobia funeral.

Introdução

Este artigo investiga as violências simbólicas geradas pelas famílias de pessoas trans em seu pós-morte. O objetivo é entender e questionar o poder absoluto das famílias nas decisões funerais e as consequências simbólicas sobre o direito à memória, à dignidade e ao legado, ampliando a noção sobre as diferentes modalidades de transfobia. A partir de uma pesquisa documental, de análise de notícias realizada em ambiente online e pesquisa de campo com entrevistas de pessoas que perderam entes trans que sofreram transfobia funeral.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, pelo 15º ano consecutivo, segundo o Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas trans, emitido pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), apresentando uma média de 35 anos de idade nas mortes de pessoas trans e 28 anos onde há recorte racial. Isso exemplifica a transfobia estrutural no Brasil e a violência brutal contra corpos dissidentes de gênero. Importante salientar que as violências estão alinhadas com os discursos ultraconservadores voltados para a proteção da família. Os maiores índices de assassinatos registrados estão nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, ambos presidentes de extrema direita que se sustentaram a partir de discursos de ódio contra pessoas LGBTI.

Uma hipótese é que a ascensão do conservadorismo e do fundamentalismo religioso nos espaços de poder se reflete diretamente nas violências praticadas contra pessoas de grupos minorizados, a partir de narrativas neofascistas, manipulando a opinião pública e levando parte da população a acreditar que pessoas LGBTI são uma ameaça à família e suas configurações tradicionais, tidas como as aprováveis e corretas. Muitas famílias de pessoas trans acabam temendo a possibilidade de manchar a reputação e a honra da família, e se tornar alvo de retaliação, julgamento e violências por meio da sociedade, preferindo cometer transfobia contra a pessoa falecida.

Muitos estudos apontam a cisgeneridade como uma estrutura de controle social capaz de gerar múltiplas punições contra pessoas dissidentes de gênero, abrindo

um campo amplo de interpretação das violências pautadas em transfobia. Este estudo possibilita um aprofundamento crítico-reflexivo sobre as subjetividades de pessoas trans e os desafios de sobreviver e viver com dignidade em uma sociedade fundamentalmente transfóbica, buscando fortalecer um contramovimento ao apagamento histórico das memórias e dos legados protagonizados por pessoas trans.

No restante deste artigo, me debruço sobre os pormenores das pesquisas, buscando tecer um olhar crítico sobre os depoimentos das pessoas entrevistadas e o poder absoluto conferido às famílias nos processos funerários, frisando dinâmicas sociais voltadas à vigia da norma, ao terrorismo moral fundamentado na ideia de família tradicional e as violências transfóbicas associadas à manutenção desse sistema (CIStema).

Transfobia no Brasil

O Brasil é um país historicamente perigoso para pessoas dissidentes de gênero, estabelecendo uma cronologia transfóbica desde a invasão europeia do século XVI, passando por diferentes episódios de perseguição, violência e assassinatos de pessoas trans. De Xica Manicongo¹ à Dandara dos Santos², a história do Brasil é manchada por sangue travesti e de pessoas que não se encaixam na cis norma.

As décadas de 80 e 90 foram determinantes na solidificação de estigmas que fundamentaram a perseguição e o genocídio de pessoas trans, tendo como ponto central a epidemia de HIV e AIDS que se alastrava de maneira assustadora. Em 27 de fevereiro de 1987, iniciava a Operação Tarântula, um dos episódios mais nefastos já registrados no histórico de transfobia no país. Uma operação policial que tinha como objetivo a perseguição, prisão e assassinato de travestis em São Paulo, guiada por um discurso de combate à AIDS e de limpeza moral do país, como uma resposta higienista para o pensamento religioso apocalíptico e a crise de saúde pública da época. Nitidamente, o HIV/AIDS não se restringia à população trans, mas se espalhava na comunidade LGBT como um todo e numa parcela considerável da população cis hetero, em especial, homens. Diferentes setores da sociedade se movimentaram para construir uma narrativa de culpabilização da população trans pautada em pânico moral, contando com a grande mídia, grupos religiosos e conservadores, organizações de homossexuais e parte da sociedade civil, atrelando às travestis uma reputação de perigo social e deturpação moral dos bons costumes.

A criminalização da prostituição trans, associada à Lei da Vadiagem, se tornou uma justificativa para que violações sistemáticas acontecessem, resultando em prisões, espancamentos, suborno, extorsão e morte de travestis.

¹ Xica Manicongo representa uma figura emblemática na história trans do Brasil. Em 1591, na cidade de Salvador, capital do país à época, durante a primeira visita do Santo Ofício, surgiram as primeiras denúncias organizadas pela patrulha de gênero contra uma pessoa escravizada que foi trazida sequestrada para o Brasil.

² O caso Dandara dos Santos refere-se ao assassinato da travesti Dandara Kettley, ocorrido em 15 de fevereiro de 2017, que foi espancada e executada a tiros no Bom Jardim, bairro de Fortaleza, no Ceará. O crime teve grande repercussão quando as imagens do espancamento foram divulgadas nas redes sociais.

Muitas travestis eram presas pelo simples fato de saírem na rua para tarefas ordinárias do cotidiano, fazendo com que a convivência com os espaços públicos acontecesse apenas à noite, pela prostituição, e com estratégias de fuga e autoproteção. Foi nesse contexto que a navalha se tornou um símbolo da identidade travesti. As lâminas eram partidas ao meio e escondidas entre a gengiva e a bochecha ou debaixo da língua. Não para serem usadas contra a força policial, mas para automutilação durante abordagens policiais, espalhando o próprio sangue pelo corpo sob o discurso “não me toque, eu tenho AIDS” - mesmo travestis não contaminadas pelo HIV - evitando violências físicas e espancamento. Muitas eram levadas para as delegacias, tinham seus cabelos cortados, eram violentadas física e sexualmente, passando por humilhações, rechaço moral e torturas. A grande maioria das prisões resultaram em mortes bárbaras com perversa profanação do corpo.

Essas duas décadas marcaram o imaginário coletivo e criaram sólidos impedimentos para o acesso de pessoas trans à direitos fundamentais. O conjunto de acontecimentos e ações transfóbicas resultou em uma contundente desaprovação social que forjou um cenário de evasão escolar, inviabilidade no ingresso ao mercado de trabalho formal e multimodalidades de violências físicas e simbólicas institucionalizadas, fazendo da prostituição o único caminho viável para a subsistência de travestis.

Segundo o "Relatório de Direitos Humanos de Travestis e Transexuais no Brasil" (2020), realizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), cerca de 90% das travestis e mulheres transexuais no Brasil relatam já terem ou estarem envolvidas com trabalho sexual, seja por escolha ou necessidade resultante da falta de alternativas devido ao preconceito.

Segundo o “Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Pessoas Trans” (ANTRA, 2024), o país liderou os índices de assassinato de pessoas trans nos últimos 16 anos, sendo responsável por mais de 40% das mortes em todo o mundo. A idade média dos assassinatos é de 35 anos para travestis e mulheres trans não negras e de 28 anos quando há recorte racial. 78,7% das vítimas são travestis e mulheres trans negras. A maior parte dos assassinatos são de jovens entre 18 e 29 anos, tendo o caso de Keron Ravach como a mais jovem morta por transfobia,

assassinada com 13 anos de idade no Ceará, em 4 de janeiro de 2021. As maiores concentrações de assassinatos estão no Nordeste e no Sudoeste do país. Muitos casos são filmados e compartilhados nas redes sociais como notícias sensacionalistas e entretenimento violento da população, e com baixo índice de resolução e justiça.

Em contraste com os dados de violência, de acordo com o Porn Hub Insights, relatório de dados do site de conteúdo adulto Porn Hub, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de consumo de pornografia trans até 2023, sendo responsável por 62,9% da média global de visualizações. Ambos os dados, tanto de assassinatos quanto de consumo de pornografia trans, nos faz refletir sobre um cenário contraditório que configura uma ligação obscura entre desejo e aniquilação de corpos trans.

Família e a manutenção da cisnorma

A família é a primeira instituição de controle social que experimentamos. É a partir dessa estrutura que recebemos nossas primeiras impressões da vida e do mundo, os valores morais, as crenças religiosas, as premissas de socialização, a educação e os direcionamentos daquilo que podemos e devemos ser no mundo. O determinismo do que deve ser a rota de uma vida começa antes mesmo do nascimento, a partir de chás de revelação. Eventos de alto valor social que se estruturam a partir da identificação da genitália do bebê e de todos os significados embutidos relacionados a gênero e sexualidade. Ao definir o gênero do bebê, se desenha o caminho a ser trilhado ao longo da vida: as cores, os brinquedos, as possibilidades, os afetos, as proibições, o comportamento, os lugares a serem ocupados, os modelos de relacionamento e a estrutura da vida em si. Será que seríamos o que somos se não tivéssemos recebido os condicionamentos que tivemos?

A visão ultraconservadora ainda enxerga gênero como um determinismo biológico, onde homens e mulheres são o reflexo de suas genitálias. A partir da definição do gênero, se define a sexualidade. Sempre heterossexual. Nesse sentido, a família é a

instituição mais cooptada e eficiente na manutenção das lógicas cis heteronormativas, se apresentando constantemente como um sistema de vigia da norma. Depois de um tempo, esse controle é estendido para a escola, para a religião e para a sociedade, com uma série de princípios, leis e punições que mantém a maioria das pessoas nos trilhos da normatividade. Além disso, concentra uma série de poderes absolutos sobre seus membros, seja em decisões voltadas para a saúde, a propriedade ou a morte.

A família, em sua configuração tradicional normativa, heterossexual e cisgênero, tem sido o alicerce e a principal abordagem nas pautas ultraconservadoras e fundamentalistas. A ascensão da extrema direita em diversas partes do mundo tem sido impulsionada por discursos que se alimentam de pânico moral, sustentados pelo temor da destruição dos valores e da família tradicional. A narrativa de proteção à família e preservação da ordem moral têm forte apelo junto a camadas sociais que se sentem ameaçadas pelo avanço de pautas e mudanças sociais, como a conquista de direitos de grupos minorizados. A manipulação da opinião pública e o engajamento da população se dá a partir de uma visão que tem como centralidade o modelo conservador cis heteronormativo, colocando qualquer desvio desse padrão como uma ameaça ao tecido social.

Dentro desse cenário, cresce a proliferação de discursos de ódio que visam marginalizar grupos minorizados, tendo como um dos alvos centrais a população trans. Ao associar a “manutenção da família tradicional” à exclusão, intolerância e discriminação de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, essa articulação se torna uma ferramenta de controle social, justificando atitudes violentas e abusivas tanto em vida quanto no pós morte. Tais discursos têm reflexos diretos nos índices de violência e na precarização da vida de pessoas trans. De acordo com o “Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Pessoas Trans” (ANTRA, 2024), os maiores índices de assassinatos por transfobia aconteceram nos governos de Michel Temer (2016 a 2019) e Jair Bolsonaro (2019 a 2022), ambos alinhados às pautas ultra conservadoras e fundamentalistas.

Durante ambos os governos, uma série de movimentações e projetos antitrans passaram a circular nos espaços de poder político, tendo ampla adesão da

sociedade cis heteronormativa. A utilização de *fake news*, negacionismo científico, perseguições públicas, linchamentos digitais, apelos fundamentalistas e projetos de lei de cunho transfóbico se tornaram ferramentas de indução a um pensamento que busca a exclusão e aniquilação de pessoas trans na sociedade, criando barreiras de acesso à cidadania e a direitos constitucionais. De acordo com o portal Carta Capital, 342 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, sendo o PL (Partido Liberal), partido político de Bolsonaro, o principal proponente, responsável por mais da metade das propostas. Além de criar dificuldades que atacam a dignidade de pessoas dissidentes, o debate afeta a percepção e o comportamento das famílias de pessoas trans, colocando-as em um cenário de medo da vigia da norma e do rechaço social, preferindo, muitas vezes, violentar seus familiares trans em nome de uma hipotética blindagem moral. Não é por acaso que diversas pessoas são expulsas de casa no momento em que se reconhecem como trans e acabam sendo empurradas para as ruas e a prostituição como único caminho de sobrevivência. Muitas delas, entre 13 e 14 anos de idade, já em contexto de evasão escolar, prostituição e uso/venda de drogas, alimentando um ciclo de precariedade e violência social.

É inegável que a ascensão da extrema direita e os discursos que alicerçam sua visão necropolítica fomentam abismos sociais profundos e enfraquecem o debate democrático, criando uma atmosfera polarizada que coloca a diversidade de ideias e de identidades como ameaças para uma ordem supostamente natural e imutável, tendo um impacto devastador na coesão social e no respeito dos direitos humanos.

Transfobia no pós-morte

A transfobia apresenta diferentes formas, podendo assumir caráter físico, moral, institucional, administrativo, sanitário, político, de cunho subjetivo ou de ataques diretos à direitos constitucionais. Todas essas modalidades são praticadas contra pessoas trans em vida, mas pouco se discute sobre a transfobia no pós-morte. Vários casos de destransição estão vindo à tona por meio de notícias e denúncias de pessoas que testemunham violências praticadas pelas famílias nas decisões funerais ou pelas funerárias. A destransição no pós-morte acontece quando a

pessoa trans tem sua documentação de óbito, velório, enterro e lápide produzidas com o nome morto e é enterrada com roupas do gênero imposto no seu nascimento.

Nos casos registrados, a violência é praticada pela família ou por agentes funerários. A família detém poder absoluto nas decisões funerais e, muitas vezes, acaba sendo motivada por medo de manchar a reputação da família ou por crenças religiosas, numa tentativa de “salvar” a pessoa trans, pelo menos, no seu sepultamento, já que em vida ela não pôde ser “salva”. Em alguns casos, agentes funerários são motivados por suas crenças pessoais - morais e religiosas - e acabam induzindo as famílias a enterrarem a pessoa trans da “forma como veio ao mundo”.

Essa violência ultrapassa uma questão estritamente moral, mas representa um ataque direto à dignidade das pessoas trans. Se trata do apagamento de sua real existência, da sua história e da luta de toda uma vida pela afirmação da legitimidade de sua identidade, ferindo seu direito à memória e ao legado. Extinguir os registros das existências trans, seja por documentos, por ritos simbólicos ou por uma lápide, é forjar a ideia de que pessoas trans nunca existiram, fortalecendo discursos que colocam as dissidências de gênero como algo passageiro, uma moda imoral que deve acabar. Isso se reflete num apagamento histórico, pois onde não há memória, não há legado, deixando nas mãos das hegemonias o trabalho de construir narrativas trans excludentes.

Tramita em Florianópolis, o projeto de lei N.º 18468/2022, de autoria do vereador Leonel Camasão (PSOL), que visa proteger pessoas trans de sofrerem transfobia no pós-morte. Segundo o projeto, “Dispõe sobre o respeito ao uso do nome social nas lápides e documentos de competência municipal de travestis, mulheres trans, homens trans, demais pessoas trans e pessoas não-binárias, e dá outras providências.” A lei tem como intuito zelar pela identidade de gênero de pessoas trans, sendo aplicável apenas para as retificadas, ou seja, que já fizeram a alteração de nome e gênero em seus documentos. O projeto se tornou lei estadual no Distrito Federal e em Pernambuco, representando um avanço na luta por direitos e na proteção da memória de pessoas trans no Brasil. A implementação da lei nesses dois estados cria jurisprudência para que políticos de outras localidades submetam o projeto à votação e aprovação, ampliando recursos legislativos e jurídicos nas

movimentações por justiça social, exercício democrático e redução dos abismos sociais enfrentados pela população trans.

Considerações finais

A transfobia no pós-morte é uma violência brutal contra a existência e a história da pessoa trans que morreu, mas também deixa lastros de medo, insegurança e revolta nas pessoas trans que ficam, tendo impacto direto no seu bem-estar, segurança e perspectiva. A dignidade humana é amplamente defendida pela Constituição de 1988, proibindo qualquer tipo de preconceito ou discriminação, no entanto, pessoas trans ainda estão lutando pelo patamar de cidadãos, buscando o reconhecimento de sua humanidade pela sociedade. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), cerca de 2% da população brasileira é trans. Em números absolutos, isso representa cerca de 3 milhões de pessoas, o bastante para exigir políticas públicas e leis específicas, mas ainda muito pouco para gerar mudanças estruturais na sociedade. Por isso, alianças com outros grupos são extremamente necessárias, para que projetos de leis que protejam a vida e a memória de pessoas trans sejam propostos também por lideranças cis, assim como, oportunidades no poder privado e pressão social para a resolução de problemas que dizem respeito à sociedade como um todo.

Levando em consideração os dados entrelaçados, a hipótese que se levanta é que existe uma influência direta entre a ascensão da extrema direita, dos discursos de ódio contra a população trans e as violências praticadas por suas famílias. Isso, associado ao poder absoluto da família, em especial, nas decisões funerárias, tem um impacto contundente no apagamento das identidades trans, afetando sua construção histórica a partir da violação da memória.

Proteger o direito à memória de pessoas trans é respeitar os princípios constitucionais e construir um legado histórico que faz jus a um tecido social tão complexo quanto o brasileiro. Para isso, é preciso questionar criticamente as heranças transfóbicas, genocidas, escravistas, higienistas e conservadoras que afetam diretamente a formação moral e ética da população, dos poderes, das

dinâmicas sociais e da lógica do fazer política. Consequentemente, é necessário questionar o poder absoluto da família. Sem isso, seguiremos na direção da barbárie mantendo o Brasil como um país violento, injusto e de baixa democracia, com amplas dificuldades de proteção às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Bibliografia

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, p. e00141320, 2021.

<https://www.scielo.br/j/csp/a/YkWjhdbRtDcjhGT44sXqRNQ/>

SANTORO, Teresa Patrícia de Sá Teixeira. QUANTAS VEZES EM UMA VIDA ALGUÉM PODE MORRER? TRANSFOBIAS E INVISIBILIDADE POST MORTEM. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. 2022.

<https://trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/2032>

GUEDES, Ideídes. Morrer pela segunda vez. Revista Piauí, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/morrer-pela-segunda-vez/> . Acessado em 23 out. 2024.

G1 Sergipe. Família enterra travesti vestida de homem e causa indignação a representantes do movimento LGBTQIA+ em Sergipe. 13 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/10/13/familia-enterra-travesti-vestida-de-homem-e-causa-indignacao-a-representantes-do-movimento-lgbtqia-em-sergipe.ghtml> . Acessado em 23 out. 2024.

Marie Claire. Após morte súbita, mulher transgênero é enterrada como homem pela família nos EUA. 24 nov. 2014. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Web/noticia/2014/11/vitima-de-morte-subita-mulher-transgenero-e-enterrada-como-homem-pela-familia-nos-eua.html>. Acessado em 23 out. 2024.

MACIULEVICIUS, Paula. Cinco dias depois de achado o corpo, quem vai chorar no velório da travesti? Campo Grande News, 05 mar. 2015. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/cinco-dias-depois-de-achado-o-corpo-quem-vai-chorar-no-velorio-da-travesti>. Acessado em 23 out. 2024.

SANTO, Thaís Espírito. Polícia investiga caso de mulher trans encontrada morta na linha do trem em Bangu. G1 Rio de Janeiro, 04 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/01/04/policia-investiga-caso-de-mulher-trans-encontrada-morta-na-linha-do-trem-em-bangu.ghtml>. Acessado em 23 out. 2024.

RODRIGUES, Eloá; VAN, Gab. Memória - Manu Diniz era uma mulher trans preta que teve a sua identidade invalidada. Instagram, 3 jan. 2024. Disponível em <https://www.instagram.com/reel/C1oCGIAunVv/?igsh=MWFidjNicW9hMDh1dw%3D%3D>. Acessado em 23 out. 2024.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIA LGBTI+ NO BRASIL. Dossiê denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. 13 mai. 2024. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/transparencia/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAoae5BhCNARIsADVLzZd6Gi9JoZhBFh22CvZzpv13gSWz9OSmDPTPwSaK4JelAvt4fqGilKYaAmlKEALw_wcB . Acessado em 5 nov. 2024.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas trans em 2023. 27 jan. 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf> . Acessado em 5 nov. 2024.

PORN HUB INSIGHTS. Trans Day of Visibility Insights. 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/trans-day-of-visibility-insights> . Acessado em 3 dez. 2024

BENEVIDES, Bruna G. Xica Manicongo e a inquisição que parece não ter fim. 10 abr. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/xica-manicongo-e-a-inquisicao-que-parece-nao-ter-fim/#:~:text=Xica%20Manicongo%20representa%20uma%20figura, trazida%20sequestrada%20para%20o%20Brasil>. Acessado em 11 dez. 2024.

ASSASSINATO DE DANDARA DOS SANTOS. Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_Dandara_dos_Santos Acessado em 11 dez. 2024.

G1 CEARÁ. Trans assassinada no Ceará é a mais jovem morta por transfobia no país, aponta relatório da Antra. 7 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/07/07/trans-assassinada-no-ceara-e-a-mais-jovem-morta-por-transfobia-no-pais-aponta-relatorio-da-antra.ghtml> Acessado em 12 dez. 2024.

CARTA CAPITAL. 342 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, aponta levantamento. 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/342-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-aponta-levantamento/> Acessado em 12 dez. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Projetos de leis ordinárias. 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-ordinarias/0/1/295/86714> Acessado em 12 dez. 2024.